

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira, 3, 4, 5 e 6 de abril de 2026 • Nº 2271 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## Cardeal Tempesta

A Lei que supera a lei

PÁGINA 9

### ELIZIANE GAMA

## Senadora não aceita Caiado, deixa PSD e se filia ao PT

Após a confirmação da pré-candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República pelo PSD, a senadora Eliziane Gama (MA) desembarcou da sigla e assinou sua ficha de filiação ao PT na manhã de quinta-feira. Eliziane teve a ficha abonada em Salvador (BA) pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem ela quer ajudar a se reeleger na eleição de outubro. Lula esteve na capital baiana para visitar obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A senadora sempre fez parte da base governista no Senado, e representa uma das pontes da esquerda com a comunidade evangélica, religião da qual faz parte. **PÁGINA 9**

### SÃO PAULO

## PM que matou mulher é premiado com aposentadoria

O tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto, indiciado pelo feminicídio da soldado Gisele Alves Santana e por fraude processual, foi transferido para a reserva da Polícia Militar (PM) de São Paulo. Na estrutura militar, a medida equivale à aposentadoria. Ele está preso preventivamente desde 18 de março. A portaria de inatividade foi publicada, quinta-feira, no Diário Oficial do Estado e já passa a ter efeito. Segundo a publicação, Rosa Neto tem direito a proventos integrais, considerando a proporcionalidade do tempo de serviço. O texto aponta "proporcionalidade de 58/60", o que equivale à remuneração praticamente integral do tenente-coronel. **PÁGINA 4**

### COMBUSTÍVEIS

# Lula fala em anular leilão de gás e retomar refinaria na BA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o leilão de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e afirmou que a operação ocorreu à revelia do governo federal e da direção da Petrobras. Segundo ele, a medida será revista e não terá efeitos duradouros sobre o preço do gás de cozinha. "Fizeram um leilão contra a vontade do governo e da presidente da Petrobras", disse quinta-feira. Lula declarou ainda que

está "ansioso" para adquirir novamente a distribuidora de gás e que o governo atuará para evitar repasses de preços elevados ao consumidor final, em meio à pressão internacional sobre combustíveis. O presidente disse também que pretende reverter a privatização de ativos estratégicos no setor de energia, defendendo que a Petrobras volte a ser dona da refinaria da Bahia. **PÁGINA 2**

### IBGE



## Produção da indústria registra crescimento de 0,9% em fevereiro

A produção industrial avançou 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo crescimento consecutivo. Com o resultado, o setor acumula expansão de 3% este ano. O gerente da PIM, André Macedo (foto), avalia que a indústria recupera as perdas assinaladas nos últimos meses de 2025, com perfil disseminado de crescimento. "Enquanto janeiro foi caracterizado pela retomada da produção, após um dezembro marcado pela maior frequência de férias coletivas e paralisações técnicas, fevereiro se destaca pelo avanço da produção, possivelmente associado a um processo de recomposição de estoques em diferentes setores industriais", explica o pesquisador. **PÁGINA 2**

### CRISE FINANCEIRA

## Ceron diz que governo Lula não tem intenção de intervir no BRB



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron (foto), afirmou quinta-feira, em entrevista à CNN Brasil que não há nenhuma discussão ou intenção do governo federal de intervir no Banco de Brasília (BRB). "Nesse momento não há nenhum tipo de discussão ou intenção do governo federal de fazer intervenção ou de fazer qualquer tipo de socorro ao BRB. Essa é uma questão que está restrita ao governo do Distrito Federal. Claro, a governadora tem dialogado conosco naquilo que nós temos conduções de dar apoio. Existem questões que são até administrativas", disse. **PÁGINA 3**

### MATANÇA

## MPF quer acessar laudos de mortos na 'Contenção'

O Ministério Público Federal (MPF) no RJ pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acesso aos laudos necroscópicos dos mortos durante a Operação Contenção, deflagrada em outubro do ano passado. A operação foi deflagrada pelas polícias civil e militar e terminou com a morte de 118 pessoas que seriam ligadas à organização criminosa Comando Vermelho, além de quatro policiais. O MPF afirmou que solicitou o acesso a informações do caso, mas o órgão não obteve resposta das autoridades estaduais. Segundo o MPF, há "obstáculos" para acesso aos laudos também pelos familiares, Defensoria, organizações da sociedade civil e das próprias instituições de Justiça. **PÁGINA 7**

### INDICADORES

IBOVESPA 0,05% / 188.052,02 / 99,11 / Volume: 25.848.184.335 / Negócios: 3.399.751						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,73% (fev.)	EURO turismo		
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Taxa Selic		Compra: 6,0175		Venda: 6,1972	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(18/03)	IPCA	0,56% (fev.)	DÓLAR Ptax - BC		
PETR4	48,15	+1,65	+0,78	BIED3	10,04	+16,47	+1,42	MWET4	21,00	-16,57	-4,17	Compra: 5,1655		
BBD4	19,12	-1,60	-0,31	AZTE3	0,510	+15,91	+0,070	JOPA3	18,70	-13,06	-2,81	+0,09%		
B3SA3	18,59	+0,38	+0,07	ARND3	0,800	+11,11	+0,080	AZEV4	0,15	-11,76	-0,02	DÓLAR comercial		
ABEV3	15,28	-0,52	-0,08	RCSL4	0,98	+8,89	+0,08	OIBR3	0,15	-11,76	-0,02	Compra: 5,1588		
VAM03	3,690	-2,12	-0,080	JALL3	3,700	+8,82	+0,300	PTBL3	2,43	-10,99	-0,30	Venda: 5,1594		
												DÓLAR turismo		
												Compra: 5,1807		
												Venda: 5,3607		

**MERCADOS**

## Bolsa tem dia estável e sobe 3,58% na semana, aos 188 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou a semana mais curta, de Páscoa, com ganho de 3,58% no intervalo, concluída com ajuste marginalmente positivo, de 0,05%, aos 188.052,02 pontos, no que foi o quarto avanço diário consecutivo, ainda no maior nível desde 2 de março, no começo da guerra no Oriente Médio. Na sessão, o desempenho de Petrobras (ON +2,25%, PN +1,65%) e Vale (ON +0,66%) foi fundamental para sustentar o índice, em dia amplamente negativo no setor de maior ponderação no Ibovespa (Índice Bovespa), o financeiro, que mostrou perdas de 1,21% em Itaú PN e de 1,49% em Bradesco PN.

Em Nova York, os principais índices de ações registraram variações de -0,13% (Dow Jones), +0,11% (S&P 500) e +0,18% (Nasdaq). No ano, o Ibovespa sobe 16,71% e, em abril, no agregado das duas primeiras sessões, mostra leve avanço, de 0,31%. O giro financeiro de quinta-feira, ficou em R\$ 24,4 bilhões. Na ponta vencedora do Ibovespa na sessão, Prio (+5,68%), Auren (+4,49%) e Brava (+3,28%). No lado oposto, RD Saúde (-3,95%), Cyrela (ON -3,51%, PN -3,44%) e Yduqs (-2,58%).

O ganho semanal sucede avanço de 3,03% na anterior,

que havia sido o primeiro desempenho positivo para o índice da B3 após uma sequência de quatro semanas no vermelho que havia coincidido, em grande parte, com a guerra de EUA e Israel contra o Irã, deflagrada em 28 de fevereiro.

Nesse contexto, o petróleo, que havia mostrado ontem alguma distensão na expectativa pelas palavras do presidente dos EUA, voltou a ficar sob pressão nesta quinta-feira, 2, em Nova York e Londres, onde o barril do Brent para junho fechou em alta de 7,77%, uma variação de US\$ 7,87 na sessão, a US\$ 109,03. Na semana, o Brent subiu 3,52% e o WTI, a referência americana, avançou 18,4%

**DÓLAR**

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de quinta-feira, cotado a R\$ 5,1599 (+0,06), bem longe da máxima (R\$ 5,1939) vista no início dos negócios. O dólar termina a semana com baixa de 1,56% no mercado local e acumula, no ano, desvalorização de 6% em relação ao real, que apresenta no período o melhor desempenho entre moedas mais líquidas, incluindo divisas fortes e emergentes. Destaque também para o peso colombiano, um dos principais pare do real, com ganhos de quase 3% frente ao dólar em 2026.

**IMPORTAÇÃO**

## EUA ajustam tarifa de produtos feitos com aço, alumínio e cobre

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O governo Donald Trump anunciou quinta-feira, que ajustará as tarifas de produtos feitos com aço, alumínio e cobre importados, reduzindo de 50% para 25%. Segundo comunicado divulgado pela Casa Branca, a mudança visa proteger a indústria metálica nacional e também reformulará os requisitos de aplicação da tarifa.

A nova alíquota passa a incidir sobre o valor total do produto acabado que contenha aço ou alumínio, em vez de calcular o imposto apenas sobre o valor do conteúdo metálico incorporado ao item, como ocorria na regra anterior. A tarifa de 50% permanecerá para produtos de aço e alumínio de qualidade básica, quase inteiramente feitos dos metais.

Produtos feitos no exterior, mas que contenham metais dos EUA ou do Reino Unido, terão tarifa menor, de 10%.

Outros equipamentos industriais intensivos em metais

e equipamentos de rede elétrica determinados pelo governo pagarão apenas tarifas de 15% até 2027, para "acelerar a expansão da base industrial" em andamento nos Estados Unidos.

Já os materiais com composição de aço, alumínio ou cobre igual ou menor a 15% não serão sujeitos a tarifas da Seção 232.

Segundo o governo americano, sob os regimes tarifários de alumínio e aço, a utilização de capacidade doméstica aumentou de aproximadamente 39% em 2017 para cerca de 50,4% atualmente na produção de alumínio, o que não seria possível não fosse pelas tarifas impostas sob a seção 232.

"Concluí, com base na seção 232 da Lei de Expansão do Comércio de 1962, que alumínio, aço e cobre estão sendo importados para os Estados Unidos em quantidades ou sob circunstâncias que ameçam prejudicar a segurança nacional do país", afirma o presidente, em nota.

**IBGE**

# Produção industrial do país avança 0,9% em fevereiro

A produção industrial avançou 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo crescimento consecutivo. Com o resultado, o setor acumula expansão de 3% este ano.

A produção industrial se encontra 3,2% acima do patamar pré-pandemia de fevereiro de 2020, mas ainda está 14,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O gerente da PIM, André Macedo, avalia que a indústria recupera as perdas assinaladas nos últimos meses de 2025, com perfil disseminado de

crescimento.

"Enquanto janeiro foi caracterizado pela retomada da produção, após um dezembro marcado pela maior frequência de férias coletivas e paralisações técnicas, fevereiro se destaca pelo avanço da produção, possivelmente associado a um processo de recomposição de estoques em diferentes setores industriais", explica o pesquisador.

Segundo o IBGE, o crescimento da produção industrial foi registrado nas quatro grandes categorias econômicas e em 16 dos 25 ramos pesquisados.

Entre as atividades, as influências positivas mais importantes foram observadas em veículos automotores, reboques e carrocerias (6,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e

biocombustíveis (2,5%).

"Nesses setores, as principais pressões positivas vêm de automóveis e autopeças, na indústria automobilística, e derivados do petróleo e álcool etílico, na atividade dos derivados do petróleo e biocombustíveis", disse André Macedo.

"A atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias acumula expansão de 14,1% nos dois primeiros meses de 2026 e elimina o recuo de 9,5% verificado nos dois últimos meses de 2025", mostra o IBGE.

"A produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, marcando o terceiro mês consecutivo de crescimento, registrou ganho de 9,9% neste período", aponta o IBGE.

Entre as atividades que apresentaram recuo, a principal influência veio da produção de farmacêuticos e farmacêuticos (-5,5%), que intensificou a queda verificada no primeiro mês do ano (-1,4%).

"Na indústria farmacêutica, caracterizada pela maior volatilidade de seus resultados, observa-se o segundo mês consecutivo de queda, influenciado, em grande medida, pela elevada base de comparação, em função do avanço de 19% acumulado nos dois últimos meses de 2025", explica o gerente da pesquisa.

A pesquisa também destaca os impactos negativos observados nos setores de produtos químicos (-1,3%) e de metalurgia (-1,7%).

**GLP**

## Lula defende anulação de leilão de gás e quer retomar refinaria na BA

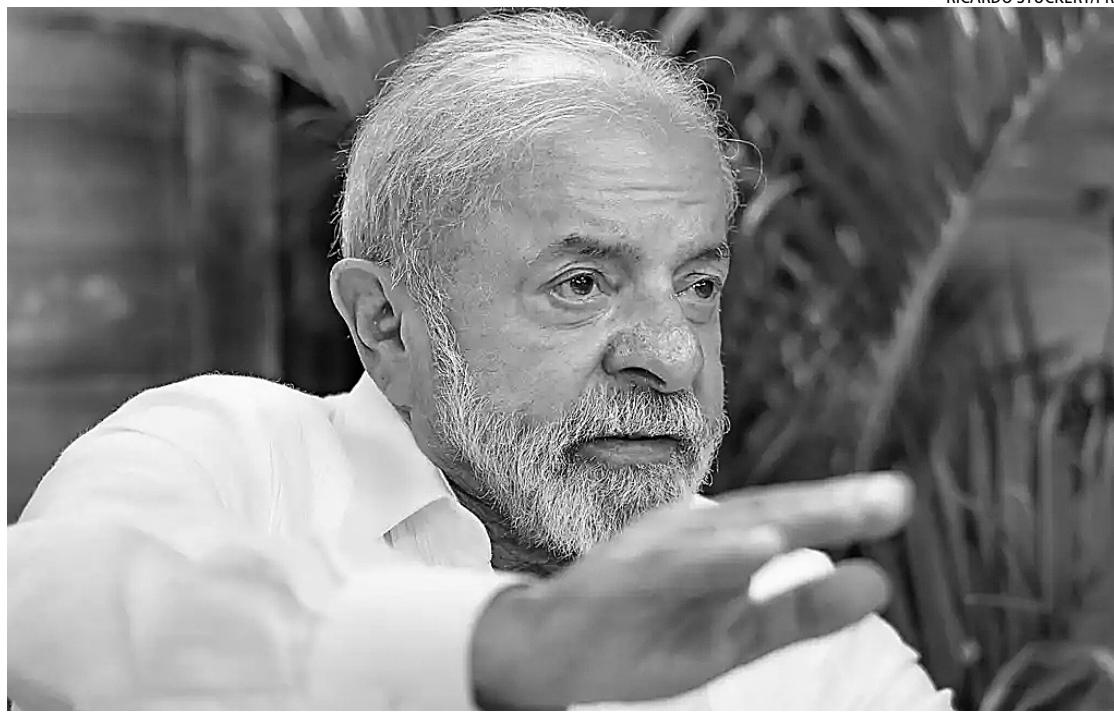
GEOVANI BUCCI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o leilão de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e afirmou que a operação ocorreu à revelia do governo federal e da direção da Petrobras. Segundo ele, a medida será revista e não terá efeitos duradouros sobre o preço do gás de cozinha. "Fizeram um leilão contra a vontade do governo e da presidente da Petrobras", disse quinta-feira.

Lula (foto) declarou ainda que está "ansioso" para adquirir novamente a distribuidora de gás e que o governo atuará para evitar repasses de preços elevados ao consumidor final, em meio à pressão internacional sobre combustíveis.

O presidente disse também que pretende reverter a privatização de ativos estratégicos no setor de energia, defendendo que a Petrobras volte a ser dona da refinaria da Bahia. Segundo ele, não é possível permitir que a BR Distribuidora permaneça sob controle da iniciativa privada repassando aumentos de preços que não foram praticados pela estatal.

As declarações ocorreram em evento de tom eleitoral em Salvador (BA), com a presença de



RICARDO STUCKERT/PT

expoentes do PT na região: o ministro da Casa Civil, Rui Costa em sua última agenda como chefe da pasta - o senador Jaques Wagner, e o governador do Estado, Jerônimo Rodrigues.

Durante a fala, Lula voltou a dizer que o leilão será anulado e questionou a condução do processo dentro da estatal, afirmando desconhecer o diretor responsável pela iniciativa. "O leilão do GLP será anulado. Foi feito por um diretor da Petrobras que eu desconheço", destacou.

O leilão realizado na véspera vendeu cerca de 70 mil toneladas de GLP, com ágios superiores a 100% em alguns polos, o que pode pressionar o preço do botijão de 13 quilos no mercado interno.

Conforme apurou o Grupo Estado, o aumento mais expressivo foi registrado no polo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde o gás de cozinha passou de um preço mínimo de R\$ 33,37 para R\$ 72,77 ágio de 117% sobre o valor de referência. Já no polo de Belém (PA), o ágio foi de 54,5%, segundo fontes próximas ao assunto, com o lote de 3 mil toneladas sendo arrematado por R\$ 1.675, ante preço mínimo de R\$ 935.

Conforme apurou o Grupo Estado, o aumento mais expressivo foi registrado no polo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde o gás de cozinha passou de um preço mínimo de R\$ 33,37 para R\$ 72,77 ágio de 117% sobre o valor de referência. Já no polo de Belém (PA), o ágio foi de 54,5%, segundo fontes próximas ao assunto, com o lote de 3 mil toneladas sendo arrematado por R\$ 1.675, ante preço mínimo de R\$ 935.

**PAGAMENTOS**

## Lula diz que Pix é do Brasil e não será modificado após relatório dos EUA

GABRIEL DE SOUSA E GEOVANI BUCCI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiu ao relatório anual do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) que aponta o Pix como uma das principais barreiras impostas pelo Brasil aos interesses comerciais americanos. De acordo com Lula, o Brasil não vai mudar o mecanismo por

conta do interesse americano.

"Os Estados Unidos fizeram um relatório, nesta semana, sobre o Pix e eles disseram que o Pix distorce o comércio internacional, porque o Pix, acho que, cria problemas para a moeda deles. É importante a gente dizer para quem quiser nos ouvir. O Pix é do Brasil e ninguém vai fazer a gente mudar o Pix pelo serviço que ele está prestando à sociedade brasileira. O que nós podemos fazer é aprimorar o Pix

para que, cada vez mais, ele possa atender às necessidades de mulheres e homens deste País", afirmou Lula.

A declaração do presidente foi feita durante uma agenda em Salvador (BA). Lula já se encaminhava para o fim do discurso quando o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, se aproximou do presidente e disse: "Fala o negócio do Pix".

Além do Pix, o relatório do

USTR disse que a "taxa das blusinhas" e as propostas de regulação de redes sociais são obstáculos para o comércio dos Estados Unidos.

Sobre o Pix, o documento diz que o Banco Central "criou, detém, opera e regula" o sistema de pagamentos instantâneos, levantando preocupações de que haja tratamento preferencial à plataforma pública em detrimento de provedores estrangeiros de serviços financeiros.

**Diário do Acionista**

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

## ACORDOS

# BB prorroga renegociação de dívidas até 30 de abril

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Banco do Brasil (BB) decidiu prorrogar até 30 de abril o prazo das condições especiais para renegociação de dívidas, após o bom desempenho das negociações realizadas ao longo de março. No mês passado, a instituição renegociou R\$ 1,7 bilhão, resultado de mais de 180 mil acordos firmados com clientes em

todo o país.

A extensão da iniciativa ocorre após a adesão ao mutirão nacional do setor bancário e, segundo o BB, reforça o compromisso da instituição com a recuperação da saúde financeira dos clientes e com o estímulo ao uso consciente do crédito. As condições especiais seguem disponíveis para pessoas físicas com pendências financeiras junto ao banco.

As renegociações podem ser feitas por todos os canais de atendimento, sem necessidade de envio de documentos. O cliente pode acessar o serviço pelo aplicativo BB, pelo WhatsApp (61) 40040001, nos terminais de autoatendimento, no site do banco, pela Central de Relacionamento ou diretamente nas agências.

A iniciativa também integra o conjunto de ações do Banco do

Brasil voltadas à educação financeira. Entre elas está a ferramenta Minhas Finanças, disponível no aplicativo do banco e utilizada mensalmente por mais de 7 milhões de clientes, que permite acompanhar gastos, planejar o orçamento e organizar compromissos financeiros. Segundo o BB, o objetivo é contribuir para a redução da inadimplência e estimular hábitos financeiros mais saudáveis.

## CRISE FINANCEIRA

# Ceron diz que governo Lula não tem intenção de intervir no BRB

MATEUS MAIA/AE

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou quinta-feira, em entrevista à CNN Brasil que não há nenhuma discussão ou intenção do governo federal de intervir no Banco de Brasília (BRB).

"Nesse momento não há nenhum tipo de discussão ou intenção do governo federal de fazer intervenção ou de fazer qualquer tipo de socorro ao BRB. Essa é uma questão que está restrita ao governo do Distrito Federal. Claro, a governadora tem dialogado conosco naquilo que nós temos conduções de

dar apoio. Existem questões que são até administrativas", disse.

Segundo ele, a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é que esse problema está relacionado ao governo do Distrito Federal e que este teria condições de conduzir a situação.

"A questão de intervenção, de compra, de qualquer socorro, isso não está sendo discutido no governo federal neste momento. A orientação do presidente da República, de governo, é para nós aguardarmos e verificarmos que esse problema está relacionado ao próprio governo do Distrito Federal e que eles têm condições de conduzir", completou.



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

## GESTÃO PÚBLICA

# Novos cargos são para recompor capacidade do Estado, diz ministra

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck (foto), afirmou ontem, que a sanção da Lei 15.367/2026 que reestrutura carreiras no Executivo Federal e cria mais de 24 mil cargos é parte de um grande esforço para recompor a capacidade do Estado de prestar políticas públicas.

"Desde 2016 a gente teve uma saída líquida de mais de 70 mil pessoas, descontando os que entraram dos que saíram - sem contar as instituições federais de ensino, com legislação própria para recomposição", explica durante a participação no programa Bom Dia Ministra, do Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

No quadro geral do serviço público federal, iniciativas como a abertura de novos processos seletivos, inclusive duas edições do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), permitiram a entrada de 19 mil novos servidores entre janeiro de 2023 e março de 2026.

Segundo a ministra, nesse mesmo período, deixaram a administração pública federal cerca de 16 mil servidores, resultando em uma entrada líquida de somente 3 mil pessoas. "A gente está recompondo quadros, mas em uma taxa muito menor do que a saída, porque a gente tem limites fiscais e tudo é feito com total responsabilidade



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

fiscal", reforça.

Com a nova lei, sancionada na terça-feira, além dos novos 24 mil cargos criados, as carreiras foram reestruturadas e 200 mil servidores foram impactados com mudanças nos cargos existentes, como a transformação de cargos considerados obsoletos e a criação de carreiras transversais, com capacidade de atuação em diferentes órgãos.

O impacto orçamentário da nova lei é estimado em R\$ 5,3 bilhões em 2026, que corresponderia a 1,5% das despesas com pessoal para 2026, na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com a ministra, esse valor

não irá expandir os gastos para essa finalidade no país.

"A gente quando chegou (ao governo) tinha um percentual de gasto com pessoa em torno de 2,6% do PIB [Produto Interno Bruto], que já estava em uma mínima histórica no Brasil. A gente fez toda essa reestruturação de carreiras e a gente vai entregar no final do mandato o mesmo percentual", afirma Esther Dweck.

## EDUCAÇÃO

Segundo a ministra, os fluxos de servidores não incluem o setor de educação, que seguem uma legislação anterior, com maior flexibilidade para recom-

posição da capacidade de oferta nos ensinos das Universidades e Institutos Federais.

Apesar de não ter tido tanto impacto com a perda de professores e equipe técnica, o setor teria ficado estagnado em relação aos quadros da carreira. "Na área de educação, desde 2016 não se autorizava o aumento de cargos. Você fazia a reposição, mas não aumentava", explica a ministra.

A nova lei revê essa capacidade, com a criação de 13.187 cargos de professores e 11.576 cargos de técnicos administrativos em educação que deverão ser ocupados gradualmente, conforme a oferta de novos concursos.

demanda do presidente com uma preocupação sobre a questão do endividamento e do crédito", afirmou. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu um olhar atento da Fazenda para entender porque as famílias e empresas estão optando por linhas de crédito mais caras. Ele informou que levará ao petista um diagnóstico nos próximos dias. "Provavelmente, de fato, nós devemos levar para o presidente um diagnóstico e a nossa visão do que poderia ser feito.

## SÃO PAULO

# Setor de serviços bate recorde em 2025 e fatura R\$ 995 bilhões

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O setor de serviços, só na capital paulista no ano passado, faturou R\$ 994,5 bilhões. A cifra, considerada um recorde pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), revela uma alta de 11,2% em relação ao valor faturado em 2024 e renova a maior cifra da série histórica.

O ano passado já tinha terminado com o maior faturamento histórico desde 2010 no setor de Serviços na capital paulista. Os dados foram compilados na Pesquisa Conjuntural do Setor de Serviços (PCSS), elaborada pela entidade com base nas informações da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo (Sefaz-SP).

O baixo índice de desemprego que o País vem experimentando nos últimos anos é visto pela FecomercioSP como sendo a mola propulsora dos seguidos crescimentos recordes do faturamento do setor de serviços, pelo menos na cidade de São Paulo. "Os fatores que impulsionaram a demanda por serviços foram a baixa do desemprego, a forte geração de vagas com carteira assinada e o aumento da renda das famílias em 2025", reconhecem os economistas e técnicos da entidade.

Contudo, na avaliação deles, algumas atividades, como prestação de serviço às famílias, já começam a mostrar taxas de crescimento mais modestas. O segmento de educação é um deles.

Dentre as 13 atividades analisadas, 11 apontaram aumento das receitas na comparação anual, ao passo que dez delas alcançaram o maior faturamento da história no ano passado. No grupo de outros serviços houve a maior taxa de crescimento, de 42,3%, e o maior faturamento da série, com R\$ 36,6 bilhões, seguido pela atividade de mercadologia e comunicação, com alta de 22,1%. O segmento de ser-

viços jurídicos também apresentou elevação, de 10,9%, e, com a maior receita, exerceu a maior contribuição positiva para o resultado geral no ano passado.

Sendo assim, ressaltam os técnicos da FecomercioSP, "é possível observar que o desempenho dos Serviços ao longo de 2025 foi marcado pelo crescimento relativamente disseminado entre as atividades, mesmo que em ritmos distintos, em que os serviços técnicos e profissionais, além dos intensivos em conhecimento técnico, se destacaram. Entretanto, os juros elevados já influenciam o resultado de alguns segmentos, como a construção civil que recuou 2,4%, enquanto o faturamento da atividade de representação caiu 6,3%".

Em dezembro passado, o faturamento real do setor na capital paulista atingiu R\$ 100,3 bilhões, alta de 12,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior, visto que é o maior faturamento mensal desde o início da série histórica, iniciada em janeiro de 2010. Em termos absolutos, significa um crescimento de quase R\$ 11,3 bilhões nas receitas em comparação com dezembro de 2024.

A PCSS é o primeiro indicador mensal de serviços em âmbito municipal. Utiliza informações baseadas nos dados de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) do município de São Paulo por meio de um convênio de cooperação técnica firmado entre a Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

O indicador conta com uma série histórica desde 2010, permitindo o acompanhamento do setor em uma trajetória de longo prazo. As atividades foram reunidas em 13 grupos, levando em conta as suas similaridades e a representação no total do que é arrecadado de ISS no município.

## JB RÁDIO TÁXI ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO

CNPJ: 74119975/0001-70  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.  
PELO PRESENTE EDITAL E DE ACORDO COM O QUE CONSTA NO ARTIGO 30º, LETRA A, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO, O SEU PRESIDENTE EXERCENDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, CONVOCA A TODOS OS ASSOCIADOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS, PARA REALIZAÇÃO DA 125ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 17/04/2026, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA ANA NERI 2366, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO, RJ, QUE CONFORME ARTIGO 25 DO ESTATUTO SOCIAL, SERÁ INSTALADA A PARTIR DAS 09:00H SEM NÚMERO MÍNIMO DE ASSOCIADOS, FICANDO EM SESSÃO PERMANENTE ATÉ AS 18:00H, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: ELEIÇÕES PARA DIRETORIA EXECUTIVA PARA MANDATO DE 2026/2027 E PARA CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA PARA MANDATO DE 2026. RIO DE JANEIRO, 03 DE ABRIL DE 2026.  
NILSON DE OLIVEIRA FARIA  
PRESIDENTE

TRIMAK ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A  
CNPJ nº 42.281.485/0001-89 - NIRE nº 33.3.00344721  
Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Trimak Engenharia e Comércio S/A ("Cia.") para a AGO ("Assembleia"), que se realizará no dia 28/04/26, às 09:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e o pagamento de juros sobre o capital próprio do respectivo exercício na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor de Administração da Cia. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Cia. o relatório da administração, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que, nesse caso, as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Trimak Engenharia e Comércio S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

LEMAJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S/A  
CNPJ nº 10.520.561/0001-75 - NIRE nº 33.3.00344381 ("Companhia")  
Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Lemaj Administração de Bens Próprios S/A ("Cia.") para a AGO ("Assembleia"), que se realizará no dia 28/04/26, às 10:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do respectivo exercício, na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor sem designação específica da Cia.. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Cia. o relatório da Diretoria, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que, nesse caso, as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Lemaj Administração de Bens Próprios S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

## Nota

## CERON: PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA NÃO É 'DESENROLA RECAUCHUTADO'

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou quinta-feira, em entrevista à CNN Brasil, que o programa de renegociação de dívida das famílias não será um "Desenrola recauchutado", mas algo estrutural. "Não se trata de um Desenrola recauchutado. Não é esse o caminho. Tem, sim, uma

## CARAVANA 3D

# Vale do Paraíba terá primeira 'rodovia inteligente' de SP

A rodovia Flávio Rodrigues Pinheiro (SP-123), que liga Taubaté a Campos do Jordão, será a primeira "rodovia inteligente" de São Paulo, com instalação de infraestrutura para veículos autônomos, pontos de recarga para carros elétricos, conectividade Wi-Fi e 4G ao longo do percurso e utilização de asfalto ecológico produzido com borracha de pneus recicláveis.

A ordem de serviço para início das obras de modernização foi assinada quinta-feira e marcou o encerramento da Caravana 3D - Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo no Vale do Paraíba. A iniciativa do Governo de São Paulo passou pela região com anúncios de investimentos e parcerias com os municípios.

A previsão é que os serviços tenham início na primeira quinzena de abril e sejam concluídos em 18 meses. Com investimento de R\$ 192 milhões em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a obra do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) transformará o trecho de 45 quilômetros em um corredor tecnológico.

As intervenções atendem a uma demanda de quase uma década da região e contemplarão cerca de 45 quilômetros de extensão, entre o km 1,2 e o km 46, em benefício de mais de 600 mil moradores de Taubaté, Pindamonhangaba, Tremembé, Campos do Jordão e Santo Antônio do Pinhal.

Também serão implantadas faixas adicionais, 11,8 quilômetros de ciclovias em trecho de planície, do km 1,2 ao km 13, com passagens inferiores e superiores para ciclistas e pedestres, reforçando a segurança dos

usuários. Além disso, um viaduto será construído para interligar a SP-123 à rodovia Dr. Caio Gomes Figueiredo (SP-132), em Pindamonhangaba. Para facilitar o fluxo de veículos, também serão alargadas algumas pontes na SP-123. "Teremos uma das estradas mais modernas do Brasil. Tudo aqui está sendo pensado para oferecer o melhor para o motorista. Esta é uma via que vai acomodar o veículo autônomo, que vai poder operar aqui sem dificuldade. São muitas intervenções pedidas há muito tempo, como o viaduto de acesso a Pindamonhangaba, alargamento das pontes, a ciclovias até Tremembé, as terceiras faixas, a conectividade e os pontos de carregamento", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

"Este é um investimento que vai além da modernização viária: estamos implantando na SP-123 um novo padrão de rodovia, que incorpora conectividade, suporte à mobilidade autônoma e soluções ambientais de baixo impacto. O projeto combina inovação tecnológica com ganhos reais de eficiência, segurança e redução de emissões, e posiciona São Paulo na liderança de uma nova geração de infraestrutura rodoviária no país", destacou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

## SUSTENTABILIDADE

Além de melhorar as condições de trafegabilidade, a pavimentação da SP-123 produzirá menor impacto ambiental ao utilizar como matéria-prima o asfalto ecológico, cuja composição inclui itens recicláveis, como a borracha de pneus.

## PRÊMIO POR MATAR

# PM aposenta tenente-coronel preso por feminicídio em SP

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto, indiciado pelo feminicídio da soldado Gisele Alves Santana e por fraude processual, foi transferido para a reserva da Polícia Militar (PM) de São Paulo. Na estrutura militar, a medida equivale à aposentadoria. Ele está preso preventiva-

mente desde 18 de março.

A portaria de inatividade foi publicada, quinta-feira, no Diário Oficial do Estado e já passa a ter efeito. Segundo a publicação, Rosa Neto tem direito a proventos integrais, considerando a proporcionalidade do tempo de serviço. O texto aponta "proporcionalidade de 58/60", o que equivale à remuneração praticamente integral

do tenente-coronel.

Gisele foi encontrada com um tiro na cabeça, em 18 de fevereiro, no apartamento em que o casal morava, na capital paulista. O tenente-coronel, que estava no local, chamou socorro e reportou o caso às autoridades como suicídio. Posteriormente, o registro foi alterado para morte suspeita.

Laudos do Instituto Médico

Legal (IML) confirmaram marcas de agressão incompatíveis com suicídio. A família da vítima contestou a versão de suicídio desde o registro da ocorrência.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP), a aposentadoria do tenente-coronel não interrompe o processo administrativo que pode levar à demissão, perda do posto e da patente.

## POLÊMICA

# Habitantes de Perus acusam fraude em audiência pública

LETYCIA BOND/ABRASIL

Moradores do bairro de Perus, na capital paulista, foram excluídos da primeira audiência, de caráter consultivo, convocada pela prefeitura e pelo governo estadual para debater os impactos da implantação de um incinerador de lixo.

A suspeita é de ter havido recrutamento de pessoas de fora do território, em uma tentativa de desmobilização da comunidade, contrária ao empreendimento.

Oficialmente, o projeto é chamado de Unidade de Recuperação de Energia (URE) Bandeirantes e pertence à empresa Logística Ambiental São Paulo S.A. (Loga), de tratamento de resíduos de saúde. No processo, a companhia remete estudos e documentos à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Conforme apurou a Agência Brasil, ônibus encostaram em frente ao Centro Educacional Unificado (CEU) Perus, no bairro Vila Fantom, parte do distrito, no início da tarde de segunda-feira. Os passageiros, não reconhecidos pelos moradores de Perus, formaram uma longa fila antes deles para entrar na unidade, lotando-a. Também logo se inscreveram para discursar. Segundo apuração, o objetivo era atrapalhar moradores a levar questionamentos e críticas ao microfone.

Uma pessoa contatada pela reportagem confirmou ter recebido dinheiro para estar na audiência como se fosse moradora de Perus. Ela explicou que, há cerca de três anos, busca oportunidades de trabalho em grupos voltados a formar público de programas de auditório populares, da TV aberta, como os que exploram e forjam dramas familiares.

A pessoa em questão, cuja identidade será preservada, para evitar retaliações, esclareceu que havia um homem responsá-

vel por orientá-los quanto às reações que deviam manifestar em cada uma das situações da audiência, em sinal de suposta concordância ou reprovação.

Com a capacidade máxima do teatro do CEU atingida, cerca de 500 moradores acabaram sendo impedidos de entrar e participar. Funcionários das gestões municipal e estadual instalaram dois televisores no salão de entrada do teatro e, mesmo assim, o espaço não comportou a totalidade de pessoas presentes, o que levou a muitas delas, inclusive, crianças, ficarem aguardando sob chuva.

Do lado externo, agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) estavam em formação, armados com escudos e gás de pimenta. Com hostilidade, chegaram a proibir a fala de vereadores. A assessoria da prefeitura rebateu essa acusação, negando o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo.

Após insistência, três representantes dos guarani mbya, da Terra Indígena do Jaraguá, passaram a porta para dentro. O distrito do Jaraguá deriva da região de Perus e foi criado em 1948, razão pela qual moradores de lá quiseram participar da audiência.

Uma das lideranças do atual movimento de resistência, engenheiro químico Mario Bortoto lembra que esse tipo de consulta à população é assegurado por lei e comenta que a forma como foi conduzida justifica a realização de uma audiência organizada pelos moradores. Além dessa audiência popular, os líderes guarani mbya pretendem fazer sua própria.

Bortoto afirma que o novo incinerador é considerado ultrapassado em outros lugares do mundo e que não somente as cinzas tóxicas liberadas por ele geram apreensão, mas também a grande quantidade de cami-

nhões que irá circular na região. Para ele, a prefeitura não teria condições de fiscalizar se os parâmetros estariam normais.

O químico argumenta que a aprovação do projeto, se ocorrer, acarretará mais problemas de saúde de pessoas já carentes de atendimento adequado. A falta de recursos humanos, acrescenta, está ligada ao preconceito com a região, evidenciando a conexão entre fatores constitutivos de sua má reputação entre paulistanos.

"Os médicos às vezes não querem trabalhar na periferia, por questão de segurança, por estar muito longe. Temos um problema sério de vazios assistenciais de saúde nesse território. Além disso, temos problemas de moradia. Muitos prédios sendo levantados sem a infraestrutura necessária para receber os novos moradores. Problemas na educação, falta de equipamentos de cultura. Os mesmos problemas que a periferia de São Paulo tem, a gente tem também", resume.

Outra líder das articulações, a química e consultora da WWF Brasil Thais Santos acompanha, desde a adolescência, os levantamentos anteriores, em que se uniram até mesmo vertentes religiosas distintas, a fim de defender o território. Em entrevista à Agência Brasil, ela apontou a necessidade de lutar como motivo para seguir nesse caminho profissional. O doutorado em Bioenergia, por exemplo, foi uma qualificação pensada para servir à de seus pares.

"A audiência era para ser um espaço democrático. Só que o que a gente viu foi uma manipulação de informação", manipulou da audiência", lamentou, observando que o horário da audiência coincide com o expediente da maioria dos moradores, da classe trabalhadora.

Ao invés do incinerador, os moradores e ativistas ambien-

tais aliados pensam em um Território de Interesse de Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus-Anhanguera para a área. Ocupá-la como continuidade de um modelo que já vêm adotando com uma agência de turismo fundada por eles, com a proposta de valorizar a relação com a natureza, afastando-se da lógica predatória, e a resistência política que caracteriza o lugar.

## HISTÓRICO DA REGIÃO

Em várias ocasiões, os habitantes de Perus têm sido abordados por emissários da empresa Loga, determinados a persuadi-los a apoiar a obra. A população local já é estigmatizada pela Vale Clandestina do Cemitério Dom Bosco, usada para esconder corpos de perseguidos políticos durante a ditadura iniciada em 1964, e pela proximidade com instituições como o Hospital Psiquiátrico do Juquery, famoso pelas violações de direitos humanos.

No Mapa da Desigualdade, consolidado pela Rede São Paulo, com dados de 2024 e divulgado em 2025, indica-se 62 anos como expectativa de vida média no distrito de Perus. A região oeste, ao mesmo tempo, o 5º lugar em cobertura vegetal, o 6º em emissão de poluentes atmosféricos por área (kg/km²/dia), calculado com base em viagens de ônibus, e o 66º no quesito Pontos de Entrega Voluntária (PEV).

Bortoto viu sua comunidade e outras comunidades vizinhas sofrerem pressões para aceitar a incorporação de diversos empreendimentos semelhantes, como o aterro sanitário na Chácara Maria Trindade, no distrito de Anhanguera, no início dos anos 2000. Em 1979, foi inaugurado o aterro sanitário Bandeirantes, de 140 hectares, ativo por 28 anos, período em que recebeu de 35 a 40 milhões de toneladas de resíduos.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 24 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração previstos no Anexo I da CPR-FI, bem como do Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização dos CRA, constante do Anexo C do Termo de Securitização, os quais passarão a vigorar nos termos do Anexo à Proposta da Administração, a qual será igualmente anexa à presente ata; e (II) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Agronegócio", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 03 de abril de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA DA 138ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 138ª Emissão, em Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em série única, da 138ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários cedidos pela OXY Companhia Hipotecária S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA Yung - 138", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM DUAS SÉRIES DA 142ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em Duas Séries da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em 2 (duas) Séries, da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 16 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA RKM - 142", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA SÉRIE ÚNICA DA 148ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 148ª Emissão, da Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, em Série Única, da 148ª (Centésima Quadragesima Oitava) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio Da Canal Companhia de Securitização S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos Pela Gencau São Paulo - Indústria E Comércio De Ingredientes Alimentícios S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 17 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 17 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA Gencau - 148", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## V2i ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site [www.V2iEnergia.com](http://www.V2iEnergia.com)

### Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Nota	Reserva de lucros			Resultado de exercícios	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal				Total
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.431	2.366	95.508	68.988	Saldo em 31 dezembro 2023		780.935	3.960	14.710	-	799.605	4.953	804.558
Títulos e valores mobiliários	6	9	6.540	9	6.540	Redução de capital	22	(45.000)	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Contas a receber de clientes	7	-	-	22.637	19.068	Lucro líquido	22	-	-	-	25.587	25.587	780	26.367
Saldo a receber - conta escrow	10	9.590	-	9.590	-	Reversão de reserva de lucros	22	-	(3.960)	-	-	(3.960)	-	(3.960)
Dividendos a receber	8	13.627	16.508	-	-	Constituição de reservas	22	-	-	1.279	(1.279)	-	(200)	(200)
Tributos a recuperar	4	4.091	3.849	6.429	8.658	Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	(6.076)	(6.076)	(185)	(6.261)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	-	-	109.075	95.280	Dividendos propostos	22	-	-	-	(18.232)	(18.232)	-	(18.232)
Outros ativos circulantes		900	99	3.521	3.061	Dividendos adicionais aprovados	22	-	-	-	-	-	-	-
		<b>33.648</b>	<b>29.362</b>	<b>246.769</b>	<b>201.595</b>	Saldos em 31 dezembro 2024		735.935	-	15.989	-	751.924	5.348	757.272
Ativos classificados como mantidos para venda	10	-	191.800	-	564.570	Lucro líquido	22	-	-	-	103.029	103.029	1.007	104.036
Total do Ativo Circulante		<b>33.648</b>	<b>221.162</b>	<b>246.769</b>	<b>766.165</b>	Constituição de reserva legal	22	-	-	5.151	(5.151)	-	-	-
Não Circulante						Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	(24.469)	(24.469)	-	(24.469)
Realizável a longo prazo	6	-	-	25.201	23.579	Constituição de Reserva de Lucro	22	-	73.409	-	(73.409)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	1.188.478	1.117.202	Saldos em 31 dezembro 2025		<b>735.935</b>	<b>73.409</b>	<b>21.140</b>	<b>-</b>	<b>830.484</b>	<b>6.355</b>	<b>836.839</b>
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	-	-	-	-									
Despesas antecipadas	8	8.136	9.686	9.109	9.686									
Impostos Diferidos		-	-	-	15									
Investimentos	12	1.062.347	918.406	-	-									
Imobilizado	13	1.076	1.110	583.250	613.454									
Intangíveis		291	190	332	267									
Direito de uso	11	531	866	11.961	13.215									
Outros ativos não circulantes		20	-	4.633	3.994									
Total do Ativo Não Circulante		<b>1.072.401</b>	<b>930.258</b>	<b>1.822.964</b>	<b>1.781.412</b>									
Total do Ativo		<b>1.106.049</b>	<b>1.151.420</b>	<b>2.069.733</b>	<b>2.547.577</b>									
Passivo														
Circulante														
Fornecedores	14	376	406	6.291	13.444									
Contas a pagar		-	-	2.546	222	Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos - partes relacionadas		-	-	-	-	-	-	1.890
Empréstimos	15	-	-	47.819	52.725	Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	-	-	-	-	36.562
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	5.709	4.781	Ganho/perda de Juros sobre empréstimos - partes relacionadas		-	-	-	-	-	-	-
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	15	-	-	12.018	22.980	Juros, variações monetárias sobre debêntures		-	-	45.510	43.725	54.388	-	85.168
Debêntures	17	27.200	209.964	35.195	217.814	Encargos sobre empréstimos		-	-	-	-	301	-	300
Dividendos a pagar	8	12.401	10.932	12.588	11.120	Encargos sobre debêntures		-	-	-	480	57	-	716
Contrato de mútuo - parte relacionada		5.661	-	-	-	Juros - arrendamento		-	-	111	154	1.503	-	1.851
Passivo de arrendamento	11	358	319	1.914	1.742	Juros sobre APR		-	-	-	-	38.323	-	31.740
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	19	-	-	1.997	1.881	Baixa de Imobilizado		-	-	-	-	-	-	(2)
Outros passivos circulantes		498	566	3.340	3.559	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	-	-	536
		<b>46.494</b>	<b>222.187</b>	<b>129.417</b>	<b>330.268</b>	Provisão para desmobilização		-	-	-	-	-	-	(4.554)
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	-	372.770	Provisão (reversão) de contingências		-	-	-	-	-	-	815
Total Passivo Circulante		<b>46.494</b>	<b>222.187</b>	<b>129.417</b>	<b>703.038</b>	Receita de construção		-	-	-	-	-	-	3.823
Não Circulante						Remuneração dos ativos da concessão		-	-	-	-	-	-	(1.750)
Fornecedores		-	-	1.014	2.049	Receita de O&M		-	-	-	-	-	-	(181.961)
Empréstimos	15	-	-	395.810	432.094	(+/-) Diferença RAP orçada x realizada		-	-	-	-	-	-	829
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	15	-	-	232.557	242.968	Fresh start		-	-	-	-	-	-	(7.777)
Debêntures	17	208.846	154.019	291.453	238.669	PIS e COFINS diferido		-	-	-	-	-	-	4.348
Passivo de arrendamento	11	239	606	12.851	14.029	Apropriação de doação		-	-	-	-	-	-	(446)
Conta de ressarcimento - CCEE	18	-	-	59.559	54.891	Amortização da mais valia/ágio		6.389	14.610	-	-	-	-	13.820
Provisão para desmobilização	21	-	-	21	6.504	Equivalência Patrimonial		(171.236)	(169.784)	-	-	-	-	-
Provisão contingente	20	-	-	4.914	1.089	Rendimento sobre aplicação financeira		-	-	-	-	-	-	(2.027)
Impostos Diferidos	19	19.986	22.684	105.289	93.961	Ajuste a valor justo		11.075	74.417	-	-	-	-	10.939
Outros passivos não circulantes		-	-	9	1.013	Remensuração do direito de uso		-	-	-	-	-	-	699
Total Passivo Não Circulante		<b>229.071</b>	<b>177.309</b>	<b>1.103.477</b>	<b>1.087.267</b>	Lucro ajustado		(7.321)	(12.666)	-	-	-	-	95.719
Capital social	22	735.935	735.935	735.935	735.935	Variações dos Ativos e Passivos operacionais		-	-	-	-	-	-	(3.570)
Reserva de lucros	22	94.549	15.989	94.549	15.989	Contas a receber de clientes		-	-	-	-	-	-	(931)
Total Patrimônio Líquido		<b>830.484</b>	<b>751.924</b>	<b>830.484</b>	<b>751.924</b>	Depósitos judiciais		-	-	-	-	-	-	986
Participação dos acionistas não controladores	22	-	-	6.355	5.348	Adiantamentos		-	-	-	-	-	-	986
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		<b>1.106.049</b>	<b>1.151.420</b>	<b>2.069.733</b>	<b>2.547.577</b>	Despesas antecipadas		1.550	(9.686)	-	-	-	-	1.550

### Demonstrações dos resultados dos exercícios - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Receita Líquida	Notas	Controladora		Consolidado		Demonstrações dos resultados abrangentes - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Nota	Reserva de lucros			Resultado de exercícios	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal			
Custos dos bens construídos e serviços prestados	23	-	-	348.816	408.694	Resultado operacional antes do resultado financeiro		100.331	23.274	-	123	22.990	20.912
Resultado operacional bruto	24	-	-	(66.788)	(94.427)	Depreciação - imobilizado		-	-	-	335	1.955	1.895
Despesas e receitas operacionais		-	-	282.028	314.267	Depreciação - arrendamento		-	-	-	30	30	25
Outras despesas e receitas operacionais	25	(10.593)	(11.290)	(15.340)	(25.051)	Amortização - intangível		-	-	-	-	-	1.203
Valor justo do investimento		(8.182)	(74.417)	(8.182)	(74.417)	Baixa de clientes		-	-	-	-	-	-
Amortização do ágio	12	(6.389)	(14.610)	(13.820)	(22.040)	Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	-	-	-	-
Participação de equivalência patrimonial	12	171.236	169.784	-	-	Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	-	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		146.072	69.467	244.686	192.759	Ganho/perda de Juros sobre empréstimos		-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	26	(46.813)	(46.944)	(138.679)	(170.297)	- partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	26	1.072	751	18.488	20.595	Juros, variações monetárias sobre debêntures		-	-	-	45.510	43.725	54.388
Resultado financeiro líquido		(45.741)	(46.193)	(120.191)	(149.702)	Encargos sobre empréstimos		-	-	-	-	-	301
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		100.331	23.274	124.495	43.057	Encargos sobre debêntures		-	-	-	480	57	716
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(13.478)	(14.448)	Juros - arrendamento		-	-	-	111	154	1.503
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	2.698	2.312	(6.981)	(2.243)	Juros sobre APR		-	-	-	-	-	38.323
Resultado líquido do exercício		103.029	25.586	104.036	26.366	Baixa de Imobilizado		-	-	-	-	-	-
Lucro atribuível a:						Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	-	-
Acionistas controladores		-	-	103.029	25.586	Provisão para desmobilização		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	1.007	780	Provisão (reversão) de contingências		-	-	-	-	-	-

### Demonstrações dos resultados abrangentes - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Resultado do exercício	Notas	Controladora		Consolidada		Demonstrações dos resultados abrangentes - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Nota	Reserva de lucros			Resultado de exercícios	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal			
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	Resultado operacional antes do resultado financeiro		100.331	23.274	-	123	22.990	20.912
Lucros líquido do exercício		<b>103.029</b>	<b>25.586</b>	<b>104.036</b>	<b>26.366</b>	Depreciação - imobilizado		-	-	-	335	1.955	1.895

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social - A V2i Energia S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18º andar - Botafogo - Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional ("holding") que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada. A V2i conta com sete ativos em operação, sendo três transmissoras de energia, três usinas eólicas e um complexo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). São 455,9 km de Linhas de Transmissão, 18 bays de SE acima de 69 kV e 119,8 MW de potência instalada de geração. Todas as atividades das companhias são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATÉ) e Associação Brasileira de Geração e Energia Limpa (ABRAGEL). A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seus empreendimentos são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais. **1.2. Going Concern** - Foi observado um CCL (Capital Circulante Negativo

	<b>V2i ENERGIA S.A.</b> CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00										
<p>origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. <b>Receita Anual Permitida - RAP</b> - O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.348 e 3.481 respectivamente, foi de R\$64.010 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e R\$67.416 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Lest considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REID), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019. A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020. <b>Encargos regulamentares</b> - Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. <b>Energética Serra da Prata S.A. - A Energética Serra da Prata S.A.</b> ("Espira"), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., <b>Monte Pascoal Holding S.A. - A Monte Pascoal Holding S.A.</b> ("Monte"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Monte tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). <b>Manque Seco Holding S.A. - A Manque Seco Holding S.A.</b> é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de março de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). <b>SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. - A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.</b> ("Companhia" ou "SE Vineyards"), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia passou a ser controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 13 de maio de 2022 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterilite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterilite") que é subsidiária da Sterilite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL"), localizada em Nova Deli, na República da Índia após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada. A V2i Energia, celebrou - em 27/12/2024 - contrato de compra e venda de ações para alienação ("Venda" ou "Transação") de 100% de sua participação societária na companhia Vineyards Transmissão de Energia S.A. O valor total da Venda é de R\$191,81 milhões (data base: 30 de Junho de 2024) e está sujeito a ajustes positivos ou negativos, decorrentes, dentre outros, de variação entre o endividamento líquido e capital de giro entre a data base e a data de fechamento. Deste montante, 5% do valor total da Venda será mantido em garantia - em benefício do comprador - para fazer frente a eventuais perdas decorrentes de contingências do Ativo. Para tanto, será utilizado mecanismo de conta depósito em instituição financeira, com liberação futura do pertinente montante em até 4 anos após o fechamento da Transação. Destacamos que, apesar da natureza vinculante da Transação, a sua conclusão e consumação estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições precedentes, tais como a conclusão dos reparos referentes ao evento climático ocorrido em 2024, no Rio Grande do Sul, a aprovação da ANEEL e de credores, dentre outras. <b>Concessão</b> - Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterilite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul: (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3; (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi; (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA; (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA; (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos. A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537 a A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021, a o elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação. <b>Receita Anual Permitida - RAP</b> - A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. <b>Encargos regulamentares</b> - Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. <b>Mudança no controle acionário</b> - Em 27 de dezembro de 2024 a V2i Energia S.A. assinou contrato de compra e venda de ações junto a Victory Empreendimentos e Participações S.A. para alienar a totalidade de sua participação societária, correspondente a 100% do capital social da Companhia. Em 31 de maio de 2025, após cumprida todas as condições precedentes, foi concluída a alienação da participação societária, tornando a Victory, a partir desta data, a controladora integral da Companhia. O processo de reorganização societária foi aprovado previamente pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.336 de 30 de abril de 2025. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação</b> - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026. <b>2.2. Moeda funcional e de apresentação</b> - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. <b>2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</b> - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) <b>Contas a receber (ativo da concessão)</b> - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura. (b) <b>Receita de construção</b> - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços; (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. (c) <b>Avaliação de instrumentos financeiros</b> - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. (d) <b>Contrato de concessão</b> - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas. (e) <b>Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos</b> - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. (f) <b>Provisão para desmobilização</b> - Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideramos os valores dos resíduos metálicos comercializáveis e os custos de desmobilização. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações. (g) <b>Imobilizado Geradores</b> - Estimativa da vida útil dos ativos - As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. <b>3. Práticas contábeis materiais:</b> As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. <b>3.1. Caixa e equivalente de caixa</b> - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. <b>3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração</b> - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de valores dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. <b>Mensuração subsequente</b> - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor</p>	<p>justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos financeiros a custo amortizado</td> <td>Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.</td> </tr> <tr> <td>Ativos financeiros mensurados a VJR</td> <td>Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos de dívida ao VJORA</td> <td>Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</td> <td>Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Avaliação do modelo de negócio</b> - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). <b>Redução ao valor recuperável de ativos financeiros</b> - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias deitadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. <b>Passivos financeiros</b> - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. <b>Reconhecimento inicial e mensuração</b> - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. <b>Mensuração subsequente</b> - a mensuração de passivos financeiros é como segue: <b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b> - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. <b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b> - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. <b>Desreconhecimento</b>: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. <b>3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual</b> - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&amp;M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. <b>3.4. Ativo mantido para venda</b> - De acordo com a norma IFRS 5 / CPC 31, ativos são classificados como mantidos para venda quando sua venda é altamente provável e ocorre dentro de um período de 12 meses após a data do balanço. Os ativos mantidos para venda são reconhecidos a seu valor contábil ou valor justo, o que for menor, e não são depreciados ou amortizados a partir do momento de sua classificação. <b>3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos</b> - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. <b>3.6. Dividendos</b> - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: (I) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. <b>3.7. Contingências</b> - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. <b>3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes</b> - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. <b>3.9. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")</b> - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. <b>3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes</b> - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações</p>	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9		Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.	Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.	Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.	Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9											
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.										
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.										
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.										
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.										

 <b>V2i ENERGIA S.A.</b> CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00	mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificadas como: (i) intangível ( <i>goodwill</i> ) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações: (1) Se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e (2) Se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócio.
<p>monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes</b> - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. <b>3.12. Reconhecimento de receita</b> - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual. <b>3.13. Despesas operacionais</b> - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. <b>3.14. Imposto de renda e contribuição social</b> - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPAC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. <b>3.15. Despesas e receitas financeiras</b> - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. <b>3.16. Combinação de negócios</b> - As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente</p>	<p><b>Diretoria Executiva</b>            Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora            Wagner Alexandre Serratto - Diretor  <b>Responsável técnico pelas demonstrações financeiras</b>            Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9</p>
<p align="center"><b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b></p>	
<p>Aos Acionistas, Diretores e Administradores da <b>V2i Energia S.A.</b> - Rio de Janeiro - RJ - <b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da V2i Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria</b> - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto do contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. <b>Mensuração do ativo de contrato</b> - Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado o montante consolidado de R\$1.212.482 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica de suas controladas. Esses ativos de contrato refletem o valor que as controladas possuem o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de respectiva concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que as controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - <i>Revenue from contract with customer</i>) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. <b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b> - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros(i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos</p> <p>que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 9 e 23, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b> - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p align="right">Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.</p>	
	<p><b>ERNST &amp; YOUNG</b>  <b>Auditores Independentes S/S Ltda.</b>            CRC SP-015199/F</p> <p align="right"><b>Roberto Cesar Andrade dos Santos</b>            Contador CRC RJ-093771/O</p>

Manhã 
Tarde 
Noite 
33° 
22° 
65% 
06:00 
18:00 
**OUTONO-SÁBADO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.
**Rio de Janeiro**

## MATANÇA

# MPF quer acesso a laudos de mortos na Operação Contenção

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acesso aos laudos necroscópicos dos mortos durante a Operação Contenção, deflagrada em outubro do ano passado.

A operação foi deflagrada pelas polícias civil e militar e ter-

minou com a morte de 118 pessoas que seriam ligadas à organização criminosa Comando Vermelho (CV), além de quatro policiais.

O MPF afirmou que solicitou o acesso a informações do caso, mas o órgão não obteve resposta das autoridades estaduais.

Segundo o MPF, há "obstáculos" para acesso aos laudos também pelos familiares, Defensoria Pública, organizações da sociedade civil e das próprias ins-

tituições de Justiça.

"Essa atuação, contrária aos padrões internacionais de proteção às vítimas de violência policial, simboliza revitimização e mais uma violação de direito", alegou o MPF.

### POLÍCIA FEDERAL

No mês passado, Moraes determinou que o governo do estado do Rio de Janeiro envie à Polícia Federal (PF) as imagens capturadas durante a

operação.

A corporação será responsável pela perícia do material.

A decisão do ministro foi tomada no processo conhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para redução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro.

## Sandbox.Rio

# Prefeitura tem projetos de inovação que serão testados na cidade

A Prefeitura do Rio anunciou, quinta-feira, os 10 projetos inovadores selecionados na terceira edição do Sandbox.Rio e que serão testados na cidade. O foco da terceira edição do programa são as iniciativas voltadas para comunidades cariocas e para áreas como Zona Norte, Zona Oeste e região de Jacarepaguá. Além disso, a IplanRio, empresa municipal de tecnologia, apresentou a plataforma Rio 3 Open, uma família de seis modelos de inteligência artificial de ponta totalmente gratuita e aberta.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), Osmar Lima, anunciou os selecionados do Sandbox.Rio e parabenizou os empreendedores por investirem no Rio.

"A adesão e a qualidade das propostas reforçam o esforço da Prefeitura em incentivar o empreendedorismo inovador, provando que inovação e impacto social caminham juntos. Estamos na terceira edição, com projetos testados e a regulamentação dos patinetes, que é uma entrega muito importante. Não estamos apenas testando tecnologia, estamos buscando soluções para desafios reais do dia a dia do carioca", destacou o secretário. Nessa terceira edição, o Sandbox.Rio teve 58 projetos inscritos, confirmando a vocação da cidade para atrair tecnol-

ogias de impacto socioambiental e consolidando o programa como referência nacional. Divididos por macrotemas como saúde, sustentabilidade, mobilidade e cidades inteligentes, a estratégia de incentivar a atuação em áreas periféricas também se mostrou positiva: 83% dos projetos inscritos indicaram previsão de atuação nas comunidades das Zonas Norte e Oeste.

"O grande foco desse terceiro ciclo é democratizar a inovação.

A inovação não pode ser uma literatura só de algumas áreas, ela precisa ser uma literatura para todo cidadão. A ideia é que a gente possa fazer os novos projetos para áreas periféricas. Esses projetos são a nossa prioridade", disse Carina Quirino, subsecretária de Regulação e Ambiente de Negócios (SMDE).

O eixo de Saúde concentrou a maior demanda, seguido por Cidades Inteligentes e Sustentabilidade. Entre os projetos selecionados estão o Criança Protegida (Tooda), que facilita a localização de crianças perdidas nas praias; a BiClean (BDM), que utiliza bicicletas aquáticas elétricas para coleta de resíduos flutuantes e microplásticos, inicialmente na Lagoa Rodrigo de Freitas; e a naPorta, startup que propõe uma logística social com a implantação do "CEP Digital Carioca".

## COMBUSTÍVEL

# Rio e Rondônia não aceitam reduzir ICMS sobre o diesel

ANDREIA VERDÉLIO/BRASIL

Apenas os estados do Rio de Janeiro e de Rondônia indicaram que não vão aderir à proposta de subsídio ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel importado, apresentada pelo governo federal. A informação é do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em entrevista

a jornalistas.

Segundo ele, 90% dos estados já aderiram à subvenção e dois ou três ainda avaliam a proposta e devem dar a resposta hoje ou amanhã. A medida busca conter a alta dos combustíveis provocada pela guerra no Oriente Médio.

De caráter temporário e excepcional, a proposta prevê um subsídio total de R\$ 1,20 por litro de diesel importado por dois meses. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto fiscal

total é estimado em R\$ 3 bilhões, R\$ 1,5 bilhão por mês.

O custo será dividido igualmente entre o governo federal e os estados, com R\$ 0,60 arca do pela União e R\$ 0,60, pelas unidades da federação. A equipe econômica apresentou a proposta aos estados após resistência dos governadores em zerar o ICMS sobre a importação do combustível.

A nova ajuda se soma a outras medidas anunciadas pelo gover-

**EMPREENDEDORISMO**

## Márcio França deixa ministério para se concentrar nas eleições

VICTOR OHANA/AE

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, anunciou a sua demissão do cargo para se concentrar na eleição deste ano em São Paulo. O informe foi publicado na sua rede social na plataforma X, na noite de quinta-feira.

No texto, França relatou que a decisão foi tomada em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a tarde.

"Estive hoje com o presidente @LulaOficial e, juntos, definimos o melhor caminho a seguir. Nesta Semana Santa, começo agradecendo a ele e ao vice-presidente @geral-doalckmin pela confiança em me permitir servir ao povo brasileiro como Ministro de Estado. Foi uma honra e um privilégio", escreveu.

França fez agradecimentos aos servidores públicos do Ministério que, segundo ele, estiveram em "missões importantes", mencionou feitos da pas-

ta e falou sobre o seu projeto de retornar a São Paulo.

"Conheço de perto os desafios de São Paulo. Um estado vibrante, decisivo para o sucesso do Brasil no mundo, que exige responsabilidade, equilíbrio e liderança. Chega de marionetes. São Paulo conduz, não é conduzido", disse.

O ministro também informou: "Diante disso, e olhando para o futuro, deixo o Ministério e me desincompatibilizo do Governo Federal no dia 2 de abril, Quinta-feira Santa. Um passo necessário para este novo momento".

Ele acrescentou: "A partir de agora, concentro meus esforços ao lado do nosso time do PSB e no projeto para São Paulo e para o Brasil".

Ex-governador de São Paulo, França tomou posse no Ministério do Empreendedorismo em setembro de 2023, como um nome do PSB. Antes, ele chefiava o Ministério de Portos e Aeroportos, mas foi substituído por um nome do Republicanos, Silvio Costa Filho.

**ENTREVISTA**

## É natural que o Brasil tenha vários candidatos, diz Alckmin sobre Caiado

FLÁVIA SAID/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin (PSB), disse ser natural que um país como o Brasil tenha vários candidatos a cargos majoritários. Ele ponderou apenas que no futuro será necessário reduzir o número de partidos políticos. "Porque há um pluri, um multipartidarismo exagerado", afirmou em conversa com jornalistas nesta quinta-feira, 2, após ser indagado sobre a candidatura de Ronaldo Caiado (PSD) à Presidência da República.

Questionado sobre pesquisas eleitorais apontarem o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na dianteira em relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Alckmin respon-

deu: "Pesquisa é momento. Na maioria das pesquisas, o Lula está na frente". Mesmo assim, ele disse que o que vai valer mesmo é depois que começar a campanha eleitoral. "A campanha é o momento alto da vida pública. Porque você vai poder comparar. Você vai poder comparar governos".

Em seguida, ele disse que a comparação deve ser feita em todos os setores, incluindo o meio ambiente e a defesa da democracia. "Nós salvamos a democracia. Isso é a realidade. Então, democracia versus ditadura, autoritarismo. Aliás, quem defende ditadura não devia nem ser candidato. Se não acredita no povo, para que disputar?", questionou.

"Estamos preparados para no momento adequado fazer a comparação", completou.

**PEDIDO DE LULA**

## Previdência: ministro Wolney Queiroz adia projeto e fica na pasta

MATEUS MAIA/AE

O ministério da Previdência Social informou quinta-feira que o ministro Wolney Queiroz adiou seu projeto eleitoral e permanecerá no comando da pasta até o fim do mandato após pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, comunica que adia o projeto de disputa eleitoral e permanece à frente do Ministério da Previdência Social. A decisão

atende a um pedido direto do presidente Lula para que o ministro priorize a continuidade da missão de cuidar dos nossos aposentados", disse em nota.

Wolney reafirmou, no comunicado, que seguirá com compromisso com a gestão técnica do ministério. "Com o foco voltado à integridade do sistema, ao combate rigoroso às fraudes e à redução das filas da Previdência Social, Wolney Queiroz reafirma seu compromisso com a gestão técnica e social da pasta", completou.

**Diário do Acionista**

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**VACINAÇÃO**

## Fiocruz: casos de influenza A continuam a crescer no Brasil

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O número de casos de influenza A permanece em crescimento no Brasil. De acordo com a nova edição do Boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a maior parte dos estados das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste está em alerta por causa da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que representa risco ou alto risco com sinal de crescimento.

O Boletim alerta que a influenza A, vírus sincicial respiratório (VSR) e rinovírus são as causas na maioria dessas ocorrências de SRAG e podem resultar em morte nos casos mais graves.

Conforme os registros do InfoGripe, divulgados quarta-feira, nas quatro últimas semanas epidemiológicas, 27,4% foram casos positivos de influenza A; 1,5% de influenza B; 17,7% de vírus sincicial respiratório; 45,3% de rinovírus; e 7,3% de Sars-CoV-2 (Covid-19).

Nas anotações de óbitos em igual período, entre os registros positivos houve a presença destes mesmos vírus com 36,9% de influenza A, de 2,5% influenza B, 5,9% de vírus sincicial respiratório, 30% de rinovírus e 25,6% de Sars-CoV-2 (Covid-19). "O estudo é referente à Semana Epidemiológica 12, período de 22 a 28 de março", acrescentou a Fiocruz no texto de divulgação do Boletim.

**VACINAÇÃO**

Para os pesquisadores, dian-

te desse quadro, a imunização contra a influenza se torna ainda mais necessária, o que pode ser facilitado pela Campanha Nacional de Vacinação que teve início no último dia 28, nessas regiões onde vem sendo registrado o avanço dos casos.

A ação, que é realizada anualmente pelo Ministério da Saúde, com apoio de estados e municípios, continua até 30 de maio e a população pode procurar a imunização gratuita nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

"É fundamental que pessoas dos grupos prioritários como idosos, crianças, pessoas com comorbidades e profissionais da saúde e da educação estejam em dia com a vacina contra a influenza", afirmou a pesquisadora da Fiocruz Tatiana Portella.

Ela chama atenção ainda para a importância das gestantes a partir da 28ª semana se vacinarem contra o VSR, para garantir proteção aos bebês desde o nascimento.

A pesquisadora recomendou também que as pessoas dos estados onde ocorrem evolução de SRAG usem máscaras em locais fechados e com maior aglomeração, principalmente, as que integram os grupos de risco. Tatiana Portella ressaltou, ainda, a importância de manter a higiene, como lavar sempre as mãos.

"Em caso de sintomas de gripe ou resfriado, o ideal é manter o isolamento. Se isso não for possível, a orientação é sair de casa usando uma máscara de boa qualidade, como PFF2 ou N95", sugeriu.

**TECNOLOGIA**

## CGU recorre à IA para facilitar acesso à plataforma Fala.BR

A Plataforma Fala.BR, principal canal de ouvidoria do governo federal, terá um novo formato, a partir de segunda-feira. Gerenciado pela Controladoria-Geral da União (CGU), o sistema passará a empregar Inteligência Artificial (IA) para facilitar o acesso dos cidadãos, reduzindo dúvidas e tornando o processo mais rápido e acessível.

Segundo a Ouvidoria-Geral da União (OGU), a interface mais simples será especialmente benéfica para aqueles que utilizam a plataforma em telas menores, por meio de dispositivos móveis, e que hoje representam a maioria dos usuários do Fala.BR.

O novo sistema será capaz de identificar automaticamente se a mensagem enviada por qualquer cidadão é um elogio, sugestão, solicitação, reclamação ou denúncia, registrando-a corretamente. Além disso, em breve, a tecnologia também conseguirá sugerir ao cidadão a classificação da demanda por "assunto", "órgão destinatário" e "ser-

viço público".

De acordo com a CGU, as mudanças vão reduzir erros no registro, uma vez que, hoje, é o usuário quem precisa identificar a natureza de sua interação, escolhendo as classificações em uma lista com várias opções.

"A aplicação de IA no Fala.BR vai permitir que o acesso às ouvidorias do governo do Brasil seja ainda mais fácil", afirma o ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho.

"Queremos que a população consiga falar com a administração federal de forma simples e ágil, porque as manifestações dos cidadãos são insumos para melhorarmos a infraestrutura e os serviços públicos; nas escolas, hospitais e estradas, por exemplo", acrescentou o ministro, destacando que a participação social é um "pilare fundamental de um país forte".

Em nota, a ouvidoria-geral da União, Valdirene Paes de Medeiros, também destacou a expectativa de que as facilidades possibilitem e estimulem a

maior participação social.

"O novo formato reduz dúvidas e torna o processo mais rápido e acessível, inclusive para usuários com menor familiaridade digital. Como resultado, há um estímulo à participação social, já que o cidadão encontra menos barreiras para se comunicar com o poder público, além de ter uma experiência mais simples, eficiente e confiável ao utilizar os serviços de ouvidoria", sustenta Valdirene.

O sistema também passou por melhorias que contemplam a gestão das informações prestadas pelas ouvidorias de órgãos públicos. "Agora é possível que as ouvidorias incluam os seus relatórios de gestão diretamente no Fala.BR, facilitando a divulgação de suas atividades e de seus avanços em um único lugar. Isso otimiza a capacidade das ouvidorias de responder de forma mais assertiva para o cidadão", afirmou o coordenador de Dados e Sistemas de Ouvidoria da CGU, Fernando Simões Vassoler.

**ACESSO**

O Fala.BR, ou Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, está em operação desde 2019. Por meio do sistema, os cidadãos podem enviar quaisquer tipos de manifestações para o governo federal e para estados e municípios que aderem à ferramenta. Na plataforma, os solicitantes podem acompanhar a tramitação das manifestações, com prazos definidos para o recebimento de respostas dos órgãos responsáveis.

Além de municiar a administração pública com informações sobre as prioridades da população, manifestações feitas pelos cidadãos por meio do Fala.BR também podem contribuir no combate à corrupção. Recentemente, uma operação contra desvios de recursos da educação em um município baiano, realizada pela CGU e pela Polícia Federal (PF), teve origem em uma manifestação feita pela plataforma.

**A PEDIDO DA PM**

## Moraes amplia restrição de drones no entorno da casa de Bolsonaro

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou quinta-feira, a ampliação do raio de proibição de sobrevoo de drones no entorno da residência onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpre prisão domiciliar.

Inicialmente, o magistrado havia restringido os dispositivos em um raio de 100 metros da casa, porém, após pedido da Polícia Militar, a distância foi ampliada para 1 km.

Bolsonaro está cumprindo prisão domiciliar humanitária para recuperação de uma broncopneumonia. Ele foi condenado no ano passado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado para permanecer no poder após as eleições de 2022.

A restrição do sobrevoo de drones foi motivada por relatórios da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), que identificaram o uso irregular de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) sobrevoando a residência de Bolsonaro, no bairro Jardim Botânico, em Brasília.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Moraes entendeu que a distância inicialmente fixada em 100 metros era inadequada, visto que os relatórios da PM indicaram que os drones ainda poderiam captar imagens da casa e comprometer a privacidade e as restrições impostas pelo ministro.

"Isso porque o desenvolvimento tecnológico das aeronaves remotamente pilotadas pos-

sibilita a captação de imagens e dados em alta resolução a distâncias muito superiores, permitindo a observação minuciosa de ambientes privados e comprometendo a efetividade da medida protetiva", escreve Moraes na decisão.

De acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal, limitar o espaço de proibição em apenas 100 metros não resolve bem os

riscos de segurança. Isso porque ainda seria possível usar drones para vigiar o local, coletar informações sensíveis ou até planejar ações ilegais.

"Dessa forma, à luz dos princípios da efetividade das medidas jurisdicionais e da proporcionalidade entre meio e finalidade, mostra-se adequada a recomendação do BAVOP (Batalhão de Polícia e Aviação Operacional) pela ampliação do perímetro de restrição para o raio mínimo de 1 quilômetro, compatível com a realidade operacional e com o nível de proteção exigido no caso concreto".

Na decisão, o ministro autorizou a Polícia Militar a abater e apreender imediatamente qualquer drone que desrespeite o limite imposto. Os operadores das aeronaves irregulares deverão ser presos em flagrante, com base no Código Penal, por atentado contra a segurança de transporte aéreo.

Moraes destacou que o sobrevoo não autorizado em áreas residenciais transcende o ilícito administrativo, configurando potencial violação de domicílio e afronta ao direito constitucional à intimidade e privacidade

ELIZIANE GAMA

# Senadora não aceita Caiado, deixa PSD e se filia ao PT

POR GUILHERME CAETANO

Após a confirmação da pré-candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República pelo PSD, a senadora Eliziane Gama (MA) desembarcou da sigla e assinou sua ficha de filiação ao PT na manhã de quinta-feira.

Eliziane teve a ficha abonada em Salvador (BA) pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem ela quer ajudar a se reeleger na eleição de outubro. Lula esteve na capital baiana para visitar obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

A senadora sempre fez parte da base governista no Senado, e representa uma das pontes da es-

querda com a comunidade evangélica, religião da qual faz parte.

A escolha do PSD pelo governador de Goiás como pré-candidato ao Palácio do Planalto pesou da decisão de Eliziane, uma vez que ela é apoiadora de Lula. A expectativa é que Caiado faça uma dobradinha com Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para criticar o governo federal.

Para ela, o partido tomou um "novo trilho" com esse movimento, uma vez que Caiado é um nome mais à direita do que os outros dois ex-presidenciais da sigla: os governadores do Paraná, Ratinho Júnior, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

"O PSD decidiu seguir um novo trilho político no País, eu res-

peito mas tenho um pensamento diferente, que é público no Brasil. Mesmo com todas as garantias recebidas pelo presidente Kassab, decido que meu ciclo no PSD se encerra aqui e vou percorrer novos caminhos", declarou Eliziane numa nota pública divulgada na quarta-feira.

A escolha por Caiado desagradou outros nomes do PSD. Preterido pelo presidente nacional, Gilberto Kassab, Leite publicou uma mensagem nas redes sociais em que diz ter conversado com o correligionário para cumprimentá-lo pela candidatura, mas não declarou apoio ao projeto presidencial da legenda.

Com a saída de Eliziane, a

bancada do PSD diminui de 13 para 11 senadores, uma vez que o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco também desembarcou da sigla. Ele se filiou ao PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin, de olho no apoio de Lula para sua pré-candidatura ao governo de Minas Gerais.

A senadora deve marcar nos próximos dias conversas com os novos colegas de partido no Maranhão, principalmente com o vice-governador, Felipe Camarão (PT). A troca de siglas não muda o cenário para Eliziane, que mantém o apoio de Lula.

O senador Weverton Rocha (PDT), eleito com Eliziane no Maranhão em 2018, também tentará um novo mandato.

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist. Arcebispo do Rio de Janeiro

### A Lei que supera a lei

A mensagem evangélica, em sua essência, não se apresenta como um tratado filosófico ou uma ideologia, mas como a revelação de que Deus é o próprio amor em sua forma mais pura e suprema. Como ágape, esse amor exige um despojamento profundo de si mesmo para um dar-se incondicional e sacrificialmente. Ao deixar o amor como o "Novo Mandamento", Jesus desmistifica a ideia de uma espiritualidade baseada em regras vazias, revelando que o ponto de partida para a vida cristã não é um código de conduta, mas uma presença viva. O ápice da experiência amorosa de Deus é a cruz, na qual se resignificam todas as leis a partir do amor, inaugurando um novo horizonte para a vida da humanidade.

Na Última Ceia, Jesus não apenas recapitula a Lei, mas a eleva a uma dimensão divina ao dizer: "Amai-vos uns aos outros. Assim como eu vos amei, também vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisto todos reconhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros" (Jo 13,34-35). A novidade não está no verbo "amar", já presente no Antigo Testamento, mas no advérbio "como". Esse "como" aponta diretamente para a cruz. A medida do amor cristão é a desmedida: a disposição de dar a vida sem reservas. Aqui, a lei da autopreservação — natural ao ser humano — é superada pela lei da autoadoção. O amor cristão, portanto, não é um sentimento vago, mas um ato de vontade configurado ao sacrifício de Cristo, tornando-se a única regra capaz de plenificar o coração humano.

Como bem destacou o Papa Bento XVI, "no início do ser cristão não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo" (Deus Caritas Est, n. 1). Esse "rumo decisivo" transfigura a obediência: a lei deixa de ser um peso imposto de fora para tornar-se uma resposta de amor a Alguém que nos amou primeiro. Nesse encontro pessoal com o Salvador, somos introduzidos ao que Santa Edith Stein descreve como empatia. Para Stein, a empatia não é um vago sentimento de pena, mas a capacidade de participar da experiência do outro. Aqui, compreendemos que ela se torna plenamente eficaz no mistério da cruz, pois, por meio dela, o cristão "sofre com" Cristo e, conseqüentemente, "sofre com" o próximo.

Ao contemplar o Cristo flagelado — o "Ecce Homo" (Jo 19,5) —, o homem é colocado diante de si mesmo. O rosto desfigurado de Cristo manifesta as feridas da humanidade marcada pelo pecado, despertando o cristão para um autoconhecimento que o conduz à conversão. Stein, ao aprofundar a ciência da cruz, explica que Jesus não aboliu a Lei mosaica, mas a levou à plenitude por um "excesso de cumprimento". Ao assumir o jugo da Lei e morrer por ela, Ele inaugura uma nova economia da graça: "Cristo assumiu o jugo da Lei, cumprindo-a fielmente e morrendo por ela e para ela. Assim, isentou da Lei todos os que querem receber a vida. Mas essa vida há de ser alcançada em troca do sacrifício da própria vida" (STEIN, 2014, p. 23). A liberdade cristã revela-se, assim, como uma "troca de vidas": deixamos a lógica da autossuficiência para viver a lógica da entrega total.

Essa entrega encontra sua expressão mais profunda na união mística, na qual a alma assume uma postura esponsal diante de Deus. Inspirada por São João da Cruz, Stein relaciona o simbolismo do Cântico dos Cânticos com a entrega da cruz. A via unitiva não é marcada por consolações sensíveis, mas por uma "ferida de amor" que conduz à união transformante. Nesse estágio, a alma já não cumpre mandamentos por medo, mas por amor: "O meu amado é meu e eu sou dele" (Ct 2,16). A lei que supera a lei é, portanto, a comunhão de vontades, onde o "eu" cede lugar ao "nós", em uma entrega recíproca que gera verdadeira liberdade.

Em última análise, a Lei que supera a lei é a cruz viva como caridade sacrificial. Se a antiga lei apontava o pecado, a nova lei de Cristo oferece o remédio definitivo por meio do amor doado. O ápice da maturidade cristã consiste em reconhecer que não somos salvos por nossas próprias forças, mas por aquilo que permitimos que Deus realize em nossa fraqueza. Ao abraçar a Scientia Crucis, entramos na lógica do Reino, onde, paradoxalmente, "quem perde a sua vida por causa de mim e do Evangelho vai salvá-la" (Mc 8,35). A ressurreição começa no instante em que o amor sacrificial se torna a nossa única lei, transfigurando a dor em esperança e a morte em vida eterna.

À luz de tudo o que é celebrado na Semana Santa, o mistério da cruz deixa de ser apenas contemplado e passa a exigir uma resposta concreta na vida do cristão. Do gesto do lava-pés à entrega total no Calvário, aprendemos que o amor verdadeiro se traduz em serviço, renúncia e doação cotidiana. Assim, viver a cruz significa perdoar quando é difícil, servir sem buscar reconhecimento, permanecer fiel nas provações e amar mesmo quando isso implica sacrifício. O que é celebrado na liturgia deve agora tornar-se vida: carregar a própria cruz com Cristo, não como peso estéril, mas como caminho de transformação. Desse modo, o amor sacrificial, revelado na Paixão, torna-se critério das nossas escolhas, fazendo com que cada atitude concreta seja expressão daquele mesmo amor que, na cruz, venceu o pecado e abriu para nós o horizonte da vida nova.

BICHO DE ESTIMAÇÃO

# Senado aprova Projeto de Lei de guarda compartilhada de animais

MALU MÔES/AE

O Senado Federal aprovou terça-feira, um Projeto de Lei (PL) que prevê a guarda compartilhada de animais de estimação em caso de separação do casal tutor. A proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida vale para pets que passaram a maior parte de

suas vidas com o casal. Caso ocorra o fim do casamento ou união estável, a custódia e as despesas com o animal devem ser divididas de forma equilibrada.

Os tutores podem recorrer à Justiça para garantir a guarda compartilhada. O período de convivência com o pet será dividido de acordo com as condições financeiras, de moradia, de

cuidado, além da disponibilidade de tempo.

As despesas de alimentação, higiene e cuidado, como consultas veterinárias e medicamentos, serão divididas igualmente entre os tutores.

Se um dos tutores renunciar ao compartilhamento de custódia, ele perderá a posse do animal, sem direito a indenização. Ele terá de pagar as despesas do

pet até a data da renúncia.

O tutor pode perder a guarda de forma definitiva e sem indenização caso descumpra reiteradamente e sem justificativa os termos da custódia.

O juiz pode negar a guarda compartilhada caso identifique maus-tratos contra o animal, ou histórico ou risco de violência doméstica. Nesse caso, o agressor perde a posse do pet.

OBESIDADE/DIABETES

# Anvisa apreende lotes falsos do medicamento Mounjaro

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou quinta-feira, a apreensão de três lotes falsificados do medicamento Mounjaro, utilizado para tratamento de diabetes e obesidade.

Com a medida, fica proibida a comercialização, distribuição e o uso dos produtos dos lotes D856831 do medicamento Mounjaro, D880730 e D840678 do Mounjaro Kwipen.

As unidades foram encontradas pela Eli Lilly, empresa detentora do registro do medica-

mento no País, por terem características diferentes do produto original, como número de série não identificados nos sistemas da fabricante, uso de material diferente na embalagem e falha na leitura do código 2D.

Segundo a Anvisa, a empresa responsável pelos produtos falsificados não foi identificada.

A agência também determinou apreensão de canetas emagrecedoras sem registro: a ação se aplica a todos os lotes do medicamento de tirzepatida Tirzepatida, cujo fabricante também não foi

identificado.

**COMO SABER?**

Em novembro de 2025, a Polícia Federal realizou uma operação para desarticular uma quadrilha envolvida na produção, fracionamento e comercialização ilegal de tirzepatida.

Sem controles de qualidade, esterilidade ou rastreabilidade, a produção clandestina dos medicamentos traz riscos sanitários para o consumidor.

A Eli Lilly, farmacêutica detentora da patente, lançou uma

ferramenta que permite verificar a autenticidade de medicamentos vendidos como Mounjaro no País.

O site funciona por meio da leitura do QR Code presente na embalagem do medicamento, que indica se o número de série corresponde a um produto fabricado pela farmacêutica. Segundo a empresa, dados impressos de forma ilegível na embalagem podem ser um indício de falsificação, manipulação irregular ou comprometimento da integridade do produto.

ATLAS

# Haddad avalia pesquisa para o governo de SP: 'começar por onde terminei é bom'

MARIA MAGNABOSCO, RENAN MONTEIRO E GEOVANI BUCCI/AE

O pré-candidato ao governo de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, avaliou como positivo o cenário projetado pela pesquisa AtlasIntel/Estadão divulgada na segunda-feira passada. "Começar por onde terminei é um bom começo", disse em referência ao quadro final das eleições de 2022. O petista concedeu entrevista ao ICL Notícias quinta-feira.

No cenário de primeiro turno com Haddad como candidato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Tarcísio tem 49,1%, enquanto o ex-ministro registra 42,6%. O deputado federal Kim Kataguiri (Missão) aparece com 5%, enquanto o ex-prefeito de Santo André Paulo Serra (PSDB) soma 1,2%. Votos em branco e nulos são 1,5%

e os que não souberam responder, 0,6%.

Em 2022, quando disputaram o governo, Tarcísio teve 55,27% dos votos; enquanto Haddad, 44,73%, no segundo turno.

Haddad reconhece que há um desafio em relação ao eleitorado do interior paulista. Durante a entrevista, ele lembrou que ganhou em 2022 na região metropolitana de São Paulo. O ex-ministro da Fazenda também criticou Tarcísio de Freitas, alegando a falta de vínculo do governador com os municípios do Estado.

"Estava com a cabeça em Brasília, ele veio para São Paulo arrastado", disse Haddad sobre Tarcísio. Para o candidato pelo PT, faltou liderança no Estado.

Na entrevista ao ICL Notícias, Haddad também criticou o modelo de escola cívico-militar, que estaria na avaliação dele "degradando" a escola pública e

"desprestigiando" o Ministério da Educação.

O petista ainda afirmou que o Comando Vermelho está atuando no interior de São Paulo, o que seria uma fato inédito na visão dele, em comentário sobre o aumento da participação de grupos criminosos no Estado.

Segundo a pesquisa, a criminalidade é o maior problema para os eleitores de São Paulo, sendo citada por 60% dos entrevistados, em patamar bem acima dos demais problemas apontados. No quesito criminalidade, segundo o levantamento.

Além de segurança pública, o ex-ministro da Fazenda também comentou sobre temas econômicos e fez comparações entre a gestão de Lula e Jair Bolsonaro (PL). Haddad afirmou que o atual governo federal herdou em 2023 um déficit fiscal no

patamar de 2% do PIB, com ajustes significativos nos anos seguintes, de acordo com o argumento apresentado.

"Bolsonaro fazia ajuste fiscal em cima dos mais pobres, sem reajustar salário mínimo e Imposto de Renda", disse o candidato ao governo de São Paulo.

Sobre a percepção da população brasileira em relação aos indicadores econômicos, Haddad mencionou que o nível de desinformação nas redes sociais é "gritante". O ex-ministro comenta com frequência a melhoria nos índices como inflação, PIB e empregabilidade.

Em 20 de março, Haddad foi exonerado pelo presidente Lula do cargo de ministro da Fazenda, que ocupava desde o início do atual governo. O então secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, foi nomeado para substituir o ministro.

**VLADIMIR PUTIN**

# Kremlin diz que Rússia pode ajudar em solução para conflito com Irã

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



PEDRO LIM/AE

O Kremlin afirmou que a Rússia está disposta a contribuir para uma solução do conflito envolvendo o Irã, após declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, feitas na noite de quarta-feira, sobre a crise. Em comentários na quinta-feira, o presidente russo, Vladimir Putin (foto), disse que a escalada no Oriente Médio "causa nossa preocupação comum" e expressou expectativa de rápida desescalada.

"Todos nós esperamos que o conflito seja encerrado o mais rápido possível", afirmou Putin, acrescentando que Moscou está pronta para agir. "Reitero mais uma vez que, de nossa parte, estamos prontos para fazer tudo para que a situação seja levada a um estado normal", declarou.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, indicou que o foco atual de Washington na crise com Teerã tem impacto sobre outras frentes diplomá-

ticas. Segundo ele, os EUA, que atuam como mediadores no conflito na Ucrânia, "estão ocupados no momento" com a situação no Irã. "Eles simplesmente têm outros problemas dos quais estão tratando agora", disse à agência russa RT.

Nesse contexto, negociações trilaterais sobre a Ucrânia foram colocadas em pausa, embora contatos entre Moscou e Washington continuem. De acordo com o assessor presidencial Yuri Ushakov, "há uma pausa nas negociações trilaterais", mas as partes seguem discutindo principalmente a questão ucraniana.

Ushakov afirmou que os negociadores americanos estão atualmente voltados a "outra questão", em referência ao Irã, segundo relatos do pool de imprensa do Kremlin organizado pela agência RIA Novosti. Ele acrescentou que, apesar da pausa formal, tanto russos quanto ucranianos mantêm interlocução ativa com os EUA.

**PRONUNCIAMENTO**

# Trump amplia retórica bélica contra Irã e ignora 'petróleo'

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Em seu primeiro pronunciamento nacional desde o início da guerra, o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, afirmou na noite de quarta-feira que as forças militares norte-americanas estão "desmantelando sistematicamente" a capacidade de defesa do regime do Irã e que os objetivos "estratégicos centrais" do conflito, iniciado há 32 dias, estariam próximos de serem atingidos.

Na declaração, de cerca de 20 minutos, Trump exaltou o que diz serem vitórias no campo de batalha e prometeu ampliar os ataques aos logos das próximas semanas, sem descartar negociações.

"Vamos atacar com extrema força nas próximas duas a três semanas. Vamos levá-los de volta à idade da pedra, onde pertencem. Enquanto isso, as negociações continuam. Mudança de regime não era nosso objetivo — nunca dissemos isso —, mas ela ocorreu em função da morte de praticamente todos os líderes originais. Todos morreram", disse o norte-americano.

"O novo grupo é menos radical e mais razoável. Ainda assim, se nesse período não houver acordo, temos alvos estratégicos definidos."

Esses alvos, segundo ele, se-

riam usinas de geração de energia.

"Não atacamos o petróleo, embora seja o alvo mais fácil, porque isso eliminaria qualquer chance de sobrevivência ou reconstrução", pontuou.

Em diversos momentos, sem apresentar evidências claras, Trump exagerou na retórica e afirmou ter "destruído e esmagado" forças militares iranianas, como a Marinha e a Força Aérea do país persa.

Apesar disso, não soube explicar porque o Estreito de Ormuz, passagem entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, por onde circulavam até 20% das exportações de petróleo, segue com acesso controlado e restrito pelos iranianos, com fortes impactos no preço internacional dos combustíveis.

A esse respeito, Trump declarou que os EUA não dependem do óleo comercializado por essa via disse que países que dependem devem se responsabilizar pelo acesso do canal marítimo.

"Os Estados Unidos importam quase nenhum petróleo pelo Estreito de Ormuz — e não importarão no futuro. Não precisamos disso. Derrotamos e praticamente dizimamos o Irã. Eles estão devastados e os países do mundo que recebem petróleo pelo Estreito de Ormuz precisam cuidar dessa passagem. Nós ajudaremos, mas

devem liderar a proteção do petróleo do qual dependem tanto", afirmou.

**ALTA PETRÓLEO**

Trump agradeceu e citou o nome dos países aliados no Oriente Médio, como Israel, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Bahrein. Esses países, que mantêm bases norte-americanas em seus territórios, têm sido alvo do Irã em retaliação aos ataques de Israel e EUA.

Sobre a alta do petróleo, o presidente dos EUA minimizou o problema, dizendo ser uma situação passageira.

"Muitos americanos têm se preocupado com o recente aumento no preço da gasolina aqui no país. Esse aumento de curto prazo é resultado direto de ataques terroristas insanos do regime iraniano contra petroleiros comerciais em países vizinhos que nada têm a ver com o conflito. Isso é mais uma prova de que o Irã jamais pode ser confiável com armas nucleares", afirmou.

Ao citar o tempo de duração da guerra para justificar sua continuidade, Trump comparou com outros conflitos militares históricos em que os EUA já se envolveram ao longo do último século.

"A participação americana na Primeira Guerra Mundial durou 1 ano, 7 meses e 5 dias. A Segunda

Guerra Mundial durou 3 anos, 8 meses e 25 dias. A Guerra da Coreia durou 3 anos, 1 mês e 2 dias. A Guerra do Vietnã durou 19 anos, 5 meses e 29 dias. A Guerra do Iraque durou 8 anos, 8 meses e 28 dias. Estamos nessa operação militar poderosa, estratégica, há 32 dias. E esse país foi devastado, deixando de ser uma ameaça relevante. Este é um investimento real no futuro dos seus filhos e netos", afirmou.

**SILÊNCIO**

No pronunciamento, Trump não citou as centenas de manifestações que reuniram milhões de norte-americanos, nas principais cidades do país, como Nova York, Dallas, Filadélfia e Washington, ao longo do último final de semana. Os manifestantes, que protestaram inclusive em dezenas de cidades pequenas e médias, criticam o envolvimento do governo na guerra e as ações policiais voltadas para a deportação de imigrantes dos EUA.

É a terceira onda de protestos nos últimos meses e, de acordo com a imprensa norte-americana, o presidente vive sua pior avaliação desde o início do segundo mandato, há pouco mais de um ano, como cerca de um terço de aprovação apenas, de acordo com levantamentos de institutos de pesquisa de opinião.

**DOENÇA**

# China confirma surtos de febre aftosa em 219 animais no país

GUILHERME NANNINI/AE

O Ministério da Agricultura da China relatou surtos de febre aftosa em dois rebanhos bovinos localizados na província de Gansu e na Região Autônoma de Xinjiang, no noroeste do país. O governo confirmou o diagnóstico do sorotipo SAT1 em 219 animais do total de 6.229 bovinos que compunham os dois rebanhos afetados.

Em resposta aos casos, os governos locais de Xinjiang e Gansu implementaram medidas imediatas de abate sanitário (culling) e desinfecção nas áreas atingidas.

A detecção ocorre em um momento de endurecimento das normas de biossegurança no país. Conforme a revisão mais recente do "Catálogo de Micro-organismos Patogênicos Animais", publicada pelo Ministério da Agricultura chinês no fim de março, o vírus da febre aftosa é classificado como um patógeno de "Primeira Categoria", o nível mais alto de periculosidade e risco econômico.

Por essa razão, qualquer atividade de isolamento ou cultivo do vírus exige a ação de laboratórios de alta segurança para conter o avanço da doença.

**EUA**

# Blanche assumirá interinamente como procurador-geral

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o vice-procurador-geral, Todd Blanche, assumirá interinamente como procurador-geral, após a saída de Pam Bondi do cargo. Em publicação na Truth Social, Trump elogiou a aliada e disse que ela fará a transição para a iniciativa privada.

"Pam Bondi é uma grande patriota americana e uma amiga leal", escreveu o presidente, acrescentando que ela "serviu fielmente" no cargo e conduziu uma ampla repressão ao crime, com os homicídios caindo ao menor nível desde 1900. Segundo Trump, Bondi "fará a transição para

um novo e importante cargo muito necessário no setor privado", que ainda será anunciado.

O republicano afirmou ainda que Blanche, descrito como "uma mente jurídica muito talentosa e respeitada", assumirá como procurador-geral interino.

A manifestação ocorre após relatos na imprensa de que Bondi teria sido demitida. Pouco antes, a Fox News informou, segundo fontes, que Trump comunicou a decisão em reunião no Salão Oval na noite de quarta-feira, antes de seu discurso sobre a guerra no Irã. De acordo com essas fontes, Bondi já havia deixado o cargo quando o presidente iniciou o pronunciamento.

**GUERRA NO ORIENTE**

# Sete milhões de iranianos estão prontos para enfrentar os EUA

O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Qalibaf, afirmou quinta-feira, que 7 milhões de iranianos estavam prontos para lutar contra qualquer invasão terrestre dos EUA no país persa.

Qalibaf, mencionado como um possível parceiro de negociação com os EUA, tem publicado uma série de mensagens nas redes sociais desafiando os Estados Unidos desde o início da guerra.

"Neste momento, em menos de uma semana, uma poderosa campanha nacional que varre o país trouxe à tona cerca de 7 milhões de iranianos que já se apresentaram e declararam estar prontos para pegar em armas e defender nossa nação", disse

Qalibaf na rede social X.

Essa afirmação circula nas redes sociais há dias. Qalibaf é o primeiro oficial de alto escalão a mencioná-la no Irã, uma nação com cerca de 90 milhões de habitantes.

Não está claro de onde vem esse número, mas a mídia estatal e campanhas por mensagens de texto têm incentivado as pessoas a se voluntariarem. O governo também convocou soldados aposentados a manifestarem interesse em lutar, enquanto a força paramilitar voluntária Basij, da Guarda Revolucionária, começou a aceitar crianças a partir de 12 anos em seus comandos militares.

**DISCURSO DE TRUMP**

As declarações de Qalibaf

ocorrem após o discurso do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na quarta-feira.

Em um pronunciamento de 19 minutos na Casa Branca, Trump afirmou que os mísseis e sistemas de drones do Irã foram "drasticamente reduzidos e suas fábricas de armas e lançadores de foguetes estão sendo destruídos".

Embora os militares dos EUA e de Israel tenham atingido o programa de mísseis balísticos iranianos de forma severa, Teerã continua disparando mísseis contra Tel-Aviv e diversos países árabes da região que possuem bases americanas.

Horas depois do discurso, a Guarda Revolucionária do Irã declarou que os ataques americanos e israelenses não dizima-

ram os centros de produção de mísseis, drones de longo alcance, sistemas de defesa aérea ou sistemas de guerra eletrônica do país. Os Estados Unidos e Israel "não sabem nada sobre nossas vastas e estratégicas capacidades", afirmou a Guarda em um comunicado.

Além das afirmações da Guarda Revolucionária, o Irã também lançou novos ataques de mísseis contra Tel-Aviv e os Estados do Golfo na manhã de quinta-feira. As Forças de Defesa de Israel (FDI) disseram que interceptaram os mísseis de Teerã e as autoridades dos Emirados Árabes Unidos e da Arábia Saudita também relataram diversas interceptações de mísseis e drones.

LAÍS ADRIANA/AE

O Irã listou pontes importantes na região do Oriente Médio que podem ser alvos de novos ataques em suas operações de retaliação contra EUA-Israel, segundo a agência de notícias iraniana Fars. Os locais selecionados envolvem o Kuwait, o Bahrein, os Emirados Árabes Unidos, a Jordânia, Israel e a Arábia Saudita.

O veículo cita os ataques americanos e israelenses realizados contra a ponte B1, na região de Azimieh, em Karaj, como motivo da retaliação. "No

primeiro ataque, infelizmente, dois cidadãos iranianos foram martirizados e vários ficaram feridos. Depois disso, enquanto as equipes de resgate estavam prestando socorro, ocorreu o segundo ataque", afirmou.

Mais cedo, o Irã afirmou ter atacado instalações de aço e alumínio dos EUA em países do Golfo, como retaliação aos ataques a siderúrgicas iranianas. O país também emitiu um "aviso" de que respostas a futuros ataques podem ser "mais dolorosas" e alertou o presidente dos EUA, Donald Trump, contra a

ampliação do conflito.

De acordo com a Fars, as pontes selecionadas como alvo pelo Irã são:

- 1- Ponte Sheikh Jaber Al-Ahmad Al-Sabah no Kuwait, com 36 km de comprimento.
- 2- Ponte King Fahd, Arábia Saudita - Bahrein, com 25 km de comprimento.
- 3- Ponte Sheikh Zayed em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, com 842 metros de comprimento.
- 4- Ponte Al Maqta em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, com 300 metros de comprimento.

mento.

5- Ponte Al Nabi Malik Hussein na Jordânia, com 80 metros de comprimento.

6- Ponte Damia Adam na Jordânia - Cisjordânia, com 120 metros de comprimento.

7- Ponte Sheikh Khalifa em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, com 1.400 metros de comprimento.

8- Ponte Jisr Abdoun em Amã, capital da Jordânia, com 425 metros de comprimento.

9- Ponte Arik no norte dos territórios ocupados por Israel, com 80 metros de comprimento.

**Nota****DEMOCRATAS CRITICAM DISCURSO DE TRUMP POR NÃO OFERECER RESPOSTAS SOBRE A GUERRA NO IRÃ**

Os democratas estão classificando o pronunciamento à nação feito na noite de quarta-feira, pelo presidente dos EUA, Donald Trump, sobre a guerra contra o Irã como "incoerente", destacando que ele não responde às perguntas mais básicas do povo americano, de acordo com declarações de dois legisladores democratas. O senador Mark Warner observou que Trump devia

aos americanos mais respostas sobre um conflito que aumentou os preços da gasolina "junto com o aumento dos preços do diesel, fertilizantes, alumínio e outros itens essenciais, com consequências que continuarão a repercutir na economia por muito tempo". Já o senador Chris Murphy divulgou uma declaração dizendo que o "discurso estava fundamentado em uma realidade que só existe na mente de Donald Trump", acrescentando que "ninguém na América, depois de ouvir aquele discurso, sabe se estamos escalando ou desescalando".